

CONTRATO

AQUISIÇÃO DE KITS DE FORMAÇÃO BÁSICO PARA AUTÓMATOS PROGRAMÁVEIS E CÉLULA COM ROBOT

COLABORATIVO, no âmbito do PRR

ENTRE

E

Primeiro: Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (doravante designado CFPIC), com sede na Rua Visconde de S. João da Madeira, n.º 990, 3700-265 S. João da Madeira, contribuinte fiscal nº 900 106 590, adiante designado CFPIC, neste ato representado por Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, conforme nomeação datada de 31 de julho de 2023, exarada pelo Despacho n.º 23/2023 do Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes e por Maria Fernanda Alves Santos Moreira Félix, na qualidade de vogal do Conselho de Administração, conforme nomeação de 09 de setembro de 2005, no D.R. n.º 174, exarada pelo Despacho n.º 19525/2005 (2ª série), do Secretário de Estado do Emprego e da Formação

Profissional, Fernando Medina Maciel Almeida Correia.

Segundo: Growskills Unipessoal, Lda., NIPC 514181435, com a sua sede sita na Rua Dom Marcos da Cruz, 2045, 4455-482

Perafita, neste ato representada por António Manuel da Costa Fernandes, portador do cartão de cidadão número.

residente na , que intervém, neste ato, na qualidade de

representante legal de Growskills Unipessoal, Lda..

Considerando que:

a) A Aquisição de kits de formação básico para autómatos programáveis e célula com robot colaborativo no âmbito do PRR, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31/08/2017 - foi objeto da respetiva adjudicação a

coberto da deliberação do Conselho de Administração, na sua reunião de 24/10/2024;

b) A mínuta do presente contrato foi igualmente aprovada em sede de deliberação do Conselho de Administração, na sua reunião

de 24/10/2024;

é de boa fé e livremente celebrado o presente Contrato de aquisição de equipamento, que se regerá segundo as cláusulas seguintes:

Cláusula 1.a - Objeto

O presente contrato tem por objeto principal a **Aquisição de kits de formação básico para autómatos programáveis e célula com robot colaborativo no âmbito do PRR**, conforme consta do caderno de encargos, da proposta apresentada e da decisão de

contratar.

Cláusula 2.a - Contrato

O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos











Cláusula 3.ª - Prazo contratual

O presente contrato vigora desde a data da sua outorga e até 31 de dezembro de 2024.

Cláusula 4.a - Obrigações contratuais

- 1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e mecânicos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- 2. Para além de outras obrigações contratualmente previstas, o adjudicatário obriga-se a desenvolver todas as iniciativas que se revelem adequadas ou convenientes para a resolução de quaisquer problemas que ocorram no decurso da execução do contrato.

Cláusula 5.ª - Preço contratual

- O preço a pagar pelo CFPIC pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato é de 37.974,00€ (trinta e sete mil, novecentos e setenta e quatro euros), acrescido do imposto do IVA à taxa legal em vigor.
- 2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao CFPIC.
- 3. Em cumprimento do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro, foram emitidos os:
 - cabimentos nº 525/526
 - compromíssos nº 689/690, respetivamente.

Cláusula 6.a - Condições de pagamento

Os pagamentos serão efetuados de acordo com artigo 14.º do caderno de encargos.

Cláusula 7.ª - Caução

Considerando que o preço base contratual é inferior a € 500.000,00, não será exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução.

Cláusula 8.ª - Identificação do Gestor do Contrato

Foi designado como gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, conforme o disposto no artigo 290.º-A do CCP.

Cláusula 9.ª - Rescisão e mora no cumprimento do contrato

- 1. De acordo com as alíneas a), b) e d) do número 1, e números 2 e 3 do artigo 333º do CCP, o CFPIC pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;
 - b) Incumprimento, por parte do adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas ao abrigo do exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;











- c) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pelo contraente público contrarie o princípio da boa fé.
- 2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais do CCP.
- 3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do CFPIC poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário.
- 4. Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1, considera-se incumprimento definitivo quando a receção dos bens não ocorrer no prazo contratual.

Cláusula 10.a - Comunicações e notificações

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
- 2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 11ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 12.ª - Dados Pessoais

- Os Outorgantes comprometem-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor e demais legislação nacional aplicável aos dados pessoais.
- O Prímeiro Outorgante enquanto responsável pelo tratamento dos dados fornecidos, informa que os mesmos serão utilizados
 para garantir a adequada execução do contrato, nomeadamente identificação do Segundo Outorgante e faturação ao abrigo do
 Código dos Contratos Públicos.
- Os dados pessoais fornecidos serão conservados apenas durante o período de execução do contrato, podendo ser mantidos de acordo com as exigências legais inerentes à finalidade do tratamento para que foram recolhidos.

Cláusula 13.ª - Foro

Para todas as questões emergentes do presente contrato será competente o Tribunal da Comarca de Aveiro.

Cláusula 14.a - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

O Segundo Outorgante aceita o presente contrato em todas as suas cláusulas, das quais declara ter tomado conhecimento e ao seu inteiro cumprimento se obriga.

Após o Segundo Outorgante ter feito prova dos seguintes documentos:











- Elementos do(s) documento(s) de identificação do(s) outorgante(s) e respetiva(s) morada(s);
- Certidão da Conservatória do Registo Comercial onde consta a matrícula e todas as obrigações em vigor, nomeadamente a forma de obrigar.

O presente contrato, composto por 4 páginas, num único exemplar, é assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Feito e assinado em São João da Madeira, aos quinze dias do mês de novembro do ano de 2024,

O CA do CFPIC

Assinado por: ARNALDO PEREIRA GONÇALVES **FRADE**

Data: 2024,11.15 18:41:15+00'00'

Assinado por: Maria Fernanda Alves dos Santos Moreira Félix Num, de Identificação Data: 2024.11.15 19:15:32+00'00' **CHAVE MÓVEL**

Growskills Unipessoal, Lda.

ANTONIO Assinado de **MANUEL** DA COSTA MANUEL DA COSTA **FERNANDE** FERNANDES

forma digital por ANTONIO

Dados: 2024.11.18

12:58:39 Z







